

## **Transcrição, transcrição, traição? As relações entre o oral, o escrito e a materialidade dos suportes pensadas por meio da transcrição na história oral**

Karla Simone Willemann Schütz<sup>1</sup>

**Resumo:** As transcrições de entrevistas baseadas na metodologia da história oral aparecem para os historiadores que as utilizam como ferramenta importante para a construção da narrativa historiográfica, em especial da História do Tempo Presente, levando-se em conta a profusão de testemunhas disponíveis aos pesquisadores que se dedicam a problematizar períodos mais recentes. A fala é enquadrada em um discurso escrito por uma necessidade acadêmica, pois a grande maioria da produção histórica é divulgada por meio da cultura escrita. No entanto, não é muito comum aos que utilizam ou produzem transcrições se perguntar sobre o contexto de suas produções, ou sobre as relações entre a oralidade e a cultura escrita ali imbricadas, e ainda, sobre a materialidade dos suportes envolvidos na produção de uma fonte oral (cassete, cd, texto escrito, vídeo, etc.) e a produção de sentido diferenciada que cada um destes meios é capaz de produzir. São estas as questões que norteiam a tessitura do presente trabalho – desdobramento da pesquisa em andamento nomeada Lembranças revisitadas: as entrevistas de Simão Willemann, memória e história oral em Santa Catarina (1975 – 2013) - , que utilizando transcrições produzidas por um historiador na década de 1970, pretende pensar as relações entre a oralidade, a escrita e a materialidade dos suportes - que condicionam este oral e este escrito - e, de que forma estas relações aparecem no caso das transcrições em história oral.

**Palavras-chave:** transcrição, oralidade, cultura escrita.

O objetivo de toda arte não é algo impossível? O poeta exprime (ou quer exprimir) o inexprimível, o pintor produz o irreproduzível, o estatuário fixa o infixável. Não é surpreendente, pois, que o tradutor se empenhe em traduzir o intraduzível.

Paulo Rónai, *Escola de Tradutores*.

No dicionário Houaiss (2009) o verbo transcrever aparece definido das seguintes maneiras:

1. Escrever novamente (um determinado conteúdo) em outro lugar; trasladar, copiar, reproduzir
2. Passar para o papel ou equivalente (algo) que está sendo ouvido (...)
3. Escrever (algo escrito) em outro sistema ou alfabeto.

Tal definição oferece algumas pistas de como a transcrição fora durante muito tempo pensada: uma espécie de cópia, reprodução do discurso oral. Mas será mesmo que podemos

considerar a transcrição como uma cópia? Ou é ela também um exercício de criação? Seria este “documento” também uma traição, como propõe o ditado já consagrado no senso comum que se refere a tradução: “traduttore, traditore” - ou seja todo tradutor é um traidor? Pensando em estudos mais atuais, de que forma se relacionam o discurso oral e o discurso escrito? Quais os limites e possibilidades que se fecham ou abrem ao trabalho dos transcritores? E ainda, por que não pensar sobre as apropriações diferenciadas que surgem a partir da utilização destes discursos, produtos de uma entrevista oral, em materialidades diferentes (cassete, cd, texto escrito, vídeo, etc.)? Essas são questões que nortearão a tessitura deste trabalho - um pequeno recorte da pesquisa ainda em andamento *Lembranças revisitadas: as entrevistas de Simão Willemann, memória e história oral em Santa Catarina (1975-2013)* - , que pretende, de maneira geral, pensar as relações entre a oralidade, a escrita e a materialidade dos suportes - que condicionam este oral e este escrito - e, de que forma estas relações aparecem no caso das transcrições baseadas na metodologia da história oral.

Os objetos que suscitarão a análise e o desenvolvimento dos questionamentos acima propostos são, primeiramente, o produto final de uma entrevista oral realizada em 1978, ou seja, uma gravação em fita cassete e a transcrição datilografada desta; e também o Manual de História Oral editado pela Universidade Federal de Santa Catarina datado do mesmo ano do depoimento supracitado. Por meio destes se tentará contemplar todas as questões acima propostas, sabendo de antemão que estas discussões não serão esgotadas, levando-se em conta que muito destes temas ainda são mote de problemáticas recentes dentro das pesquisas que envolvem fontes orais.

A entrevista a ser observada foi cedida por Roberto João Tenfen ao historiador Simão Willemann na cidade catarinense de Rio Fortuna no dia 24 de janeiro de 1978. Willemann realizou a coleta de mais 12 entrevistas com senhores idosos desta mesma região de Santa Catarina – com a entrevista de Tenfen são 13 entrevistas totalizadas - com intuito de elaborar sua dissertação de mestrado como aluno do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Seu trabalho não pode ser concluído por motivos de ordem pessoal, no entanto, os frutos de sua pesquisa, entrevistas, gravações e anotações ainda existem e proporcionam ao historiador do presente um estranhamento, passível de ser observado como um subsídio importante na tentativa de mapear e problematizar estas primeiras incursões no campo da história oral em Santa Catarina. A

---

<sup>1</sup> Mestranda, Programa de Pós- Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina - FAPESC. E-mail:

escolha da entrevista de Tenfen como ponto de análise se deu por motivos práticos e de viabilidade, pois das 13 entrevistas disponíveis é única que tem sua gravação.

O Manual que será aqui utilizado é também uma produção do mesmo período no qual Simão desenvolveu sua pesquisa e, pode-se dizer, que em suas páginas é possível encontrar muitos dos pressupostos que nortearam a investigação deste historiador catarinense que lançou mão do trabalho com fontes orais. Denominado *História Oral: Teoria e Técnica*, o livro aqui referido é fruto da tese de dissertação defendida por Carlos Humberto Pederneiras Corrêa<sup>2</sup> em 1977, a qual foi transformada em livro em 1978. A dissertação, então nomeada *O Documento de história oral como fonte histórica: uma experiência brasileira* foi orientada por Walter Piazza<sup>3</sup> – responsável também pelo prefácio da dissertação que virou manual - e teve como componentes da banca de defesa dois professores estrangeiros que fizeram parte do conjunto docente da UFSC; eram eles Errol Dean Jones e Lawrence James Nielsen<sup>4</sup>. Nesse sentido, o Manual constitui importante evidência dos anseios e prerrogativas da empreitada do Departamento de História da UFSC. Nele aparecem desde um pequeno histórico da história oral no mundo, bem como, de que maneira os *oralistas* deveriam proceder durante e depois a elaboração das entrevistas, inclusive no que tange o processo de transcrição.

Importante lembrar que outras obras e textos serão consultados com o intuito de fazer um breve mapeamento de como são pensadas as transcrições no contexto de uma pesquisa pautada na metodologia da história oral.

O primeiro dos questionamentos deste trabalho se refere a afirmação de que a transcrição se trata de uma mera cópia escrita da palavra dita. Nesse sentido, para pensar a forma como se pensa e se usa a própria palavra “transcrição” atualmente, é preciso que voltemos nosso olhar para o momento em que a história oral se constituía como um campo para a historiografia. Para tanto, alguns trechos de *História Oral Teoria e Técnica* são reveladores da maneira como era pensado o processo de transcrição e de que maneira ele deveria ser desenvolvido, em especial no âmbito da UFSC, espaço onde Willemann tomou contato com a história oral e realizou a transcrição das entrevistas por ele coletadas. Nas

---

karlawuschutz@gmail.com

<sup>2</sup> Foi professor na Universidade Federal de Santa Catarina e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Catarinense até 2010, data de seu falecimento. Seus trabalhos, além da história oral, se voltaram também para a história política e econômica catarinense.

<sup>3</sup> Professor Doutor aposentado da Universidade Federal de Santa Catarina, membro da Academia Catarinense de Letras e Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. É considerado especialista em história catarinense.

<sup>4</sup> Ambos professores convidados pela Universidade Federal de Santa Catarina a integrar o seu Programa de Pós-Graduação em História que acabava de abrir portas, eles então orientaram trabalhos de pós-graduandos até meados da década de 1980.

páginas do referido manual que são dedicadas a discorrer sobre processo de transcrição nota-se que existia uma preocupação com a perfeita correspondência entre a narrativa oral e a narrativa escrita, pois a transcrição se constituía como o documento por excelência produzido a partir de uma entrevista oral, o qual seria consultado pelos pesquisadores, sendo o acesso as gravações em áudio reservada a casos excepcionais onde o pesquisador exigisse também sua audição.

A transcrição da entrevista de História Oral é o documento com o qual os pesquisadores vão entrar em contato direto, devendo, portanto, ter como característica principal a fidelidade à fita e perfeita condição de uso (CÔRREA, 1978, p. 59)

Nessa perspectiva, que prezava sobretudo pela “fidelidade à fita”, a característica mais importante a ser encontrado em um transcritor era o domínio das normas ortográficas e de pontuação.

Este aspecto é de extrema importância pois a palavra falada, bem como pensamento expresso através da conversa, geralmente não possui pontuação correta e, nunca, diferenciação ortográfica. A má colocação de uma vírgula, de um ponto ou a própria divisão em parágrafos, muitas vezes modificam completamente o conteúdo da entrevista. (...) Uma transcrição bem feita é aquela que expressa com perfeição o pensamento dos interlocutores e, para isto, depende do conhecimento de ortografia e pontuação por parte do transcritor. (CORRÊA, 1978, p. 60)

A partir dessas afirmações de Corrêa, corroborando a ideia – e a possibilidade de produção - de um texto escrito fiel a palavra falada, têm-se indícios, e certo entendimento, do por quê da utilização da expressão “transcrição” por parte destes primeiros *oralistas* para denominar o documento escrito produzido a partir de uma gravação em áudio. Acreditava-se que era possível a criação de um texto que “expressasse com perfeição o pensamento dos interlocutores”.

Ainda nesse sentido, pode-se lembrar que Paul Thompson (1992) – historiador de referência dentro da historiografia da história oral - entende que a entrevista oral só se torna um documento quando transformada em transcrição. Afirmação que parece repercutir numa necessidade de afirmação do campo, levando-se em conta que Thompson escreveu e viveu a época em que a história oral dava seus primeiros passos. Por isso, a criação de regras que regem a maneira como a transcrição deve ser desenvolvida, passos técnicos que devem ser obedecidos para que o documento seja produzido de maneira a ser útil para

história, longe de deturpações. Importante notar que Thompson era bibliografia de referência para *oralistas* como Carlos Humberto Corrêa.

Atualmente, podemos entender que de certo modo essa posição de Carlos Humberto, e de outros pesquisadores que pertenciam ao mesmo círculo acadêmico que ele (inclusive Simão Willemann), como uma atitude “inocente” perante a produção desta fonte oral. Pois, a partir do momento que se nota a existência de uma interferência do transcritor - nem que seja somente no que tange a ortografia e pontuação - no que foi dito pelo entrevistado, pode-se afirmar que a transcrição é também um processo de criação. A “impossibilidade” de se trazer todas as características da oralidade para a escrita torna esta transcrição uma *transcrição*.<sup>5</sup>

Ainda, é importante lembrar, que este tipo de transcrição defendida por Corrêa em seu manual não constitui a única maneira de se desenvolver a passagem para o escrito de uma entrevista oral. Segundo José Carlos Sebe Bom Meihy (1990, p.28) existem basicamente três formas de se portar em face da transcrição: a forma “tradicional”, que sugere “fidelidade absoluta” ao que foi enunciado pelo depoente; a forma “conciliatória”, que estabelece uma negociação entre “o que foi dito” e “o que foi vertido em documento”; e por fim, a forma “livre”, procedimento que se preocupa mais com as ideias que com as palavras presentes no depoimento, tendo como produto final um tipo de interpretação do transcritor acerca do que foi dito.”

De fato, a fase da transcrição de uma entrevista de história oral é a parte deste processo de produção de fontes onde os *oralistas* se encontram mais distantes de chegar a um consenso. Como coloca Leland McCleary, a dificuldade da transposição da oralidade para o escrito é enfatizada pela observação de que por trás do texto não há um “autor”, mas um corpo vivo. “Essa é a origem da dificuldade para compatibilizar a fala com a escrita, claramente presente na natureza híbrida de uma transcrição, na qual as duas aparecem distorcidas: a fala por que tem de ser escrita e a escrita porque tenta imitar a fala. (McCLEARY, 2011, p. 116). O autor ainda traz uma consideração interessante acerca da efetivação do texto escrito: a preservação das marcas da oralidade ao longo da transcrição. Nesse sentido, ele conduz a uma reflexão sobre a função das pausas, repetições, e outras

---

<sup>5</sup> Aqui tomando de empréstimo um termo cunhado pelo poeta e tradutor Haroldo de Campos, que entende a tradução como um ato mais elaborado que transportar o texto de um idioma para outro. Para o autor elementos da estrutura do poema, como o ritmo e as combinações sonoras, são muitas vezes mais importantes do que a semântica das palavras. Portanto, não se trata apenas de traduzir o sentido das palavras, a tradução é uma recriação, pois demanda que a estrutura original do texto seja restituída em outro idioma.

características da oralidade que aparecem ao longo de uma entrevista, e que também podem se constituir como indícios para serem observados nas fontes.

Não se pretende aqui estabelecer qual seria a melhor técnica de transcrição, nem apontar as fragilidades de cada procedimento, o que interessa notar é a constante interferência do transcritor ao trabalhar com a fala bruta transformando-a em outra forma de discurso. O que dessa forma, partindo do que já foi elucidado e, tomando uma posição radical, tenderia a considerar a transcrição uma traição, já que por mais que se desenvolvam “técnicas” e novas formas de produção deste texto escrito sabe-se que não é possível transferir as características da fala escrita para o papel. No entanto, é também este entendimento, esta aceitação das diferenças, que possibilita compreendê-la, não como meramente uma cópia, mas uma espécie de “criação orientada”, pois diferentemente da narrativa ficcional, na transcrição é preciso, mesmo na sua forma não considerada “literal”, respeitar o que foi dito pelo depoente. Assim afirma Koselleck (2006, p. 188) acerca da relação entre o historiador e suas fontes: “Uma fonte não pode nos dizer nada daquilo que cabe a nós dizer. No entanto, ela nos impede de fazer as afirmações que não poderíamos fazer. As fontes tem poder de veto.” A fala com os qual lidam os *oralistas* também tem poder de veto, ela da mesma maneira que as fontes históricas, impede que os transcritores escrevam declarações que não foram feitas.

É notável que existem diferenças entre o discurso oral e o discurso escrito, características ontológicas próprias a eles, que tornam impossível a sua correspondência direta. Todavia, não seria prudente opô-los apenas, a partir do código inerente a cada um - questão que é inegável -, mas pensá-los como diferenciados a partir das práticas sociais que a eles estão atreladas. É tomando essa perspectiva, que Marildes Marinho se propõe a pensar a relação entre o oral e o escrito a partir dos modos como determinados sujeitos se relacionam com a própria cultura escrita.

A principal contribuição da autora para a discussão acerca das relações entre a cultura oral e escrita, um dos objetivos do presente trabalho, se refere a desmistificação de algumas crenças que se estabeleceram a respeito do papel atribuído à escrita nas sociedades atuais. Destacam-se duas: 1) Escrever é transcrever a fala. 2) A superioridade da escrita em relação à fala. Em primeiro lugar, Marinho coloca que longe de ser somente uma transcrição, a escrita chega a se configurar como um modelo para a própria fala, pois absorvemos a linguagem tomando como parâmetro as normas que encontramos nos sistemas de escrita existentes. Em segundo lugar, o discurso oral precede e circunda o preparo, a interpretação e a análise do

discurso escrito. A linguagem escrita depende da fala; a escrita é sempre secundária.” (MARINHO, 2008, P. 153).

Mas, de que maneira estas afirmações podem fomentar uma discussão acerca da produção de transcrições pautadas na metodologia da história oral? A chave da questão se encontra na característica “relacional” estabelecida entre oralidade e escrita a partir das afirmações de Marildes. Ambas as assertivas revelam que não é possível hierarquizar estas diferentes formas de discurso, pois estas estabelecem uma relação de mutualismo, como a palavra escrita ecoa na oralidade, a oralidade se constitui a “porta de entrada” para a constituição de um texto escrito. Logo desmistifica-se a superioridade da cultura escrita em detrimento da cultura oral, característica de uma sociedade grafocêntrica que parece também reverberar na forma como foram primeiramente pensadas as transcrições, inclusive as de Simão Willemann. Constituídas como os “verdadeiros documentos” advindos do recolhimento de entrevistas orais. Além disso, o documento escrito sempre serviu como a garantia dada ao entrevistado de que suas declarações não seriam “deturpadas”, bem como cedia legalmente ao entrevistador o direito de usar tais declarações em sua pesquisa. Questão que também não deixa de estar ligada ao estabelecimento de uma superioridade do escrito frente à oralidade.

Esse tipo de “troca” que parece existir entre o discurso oral e escrito leva por sua vez, a última questão aqui proposta que se refere a materialidade dos suportes e a sua interferência na maneira como os sujeitos produzem sentido a partir do que ouvem ou leem. Roger Chartier (1990) nos convida a pensar com mais cuidado e sensibilidade acerca das questões que permeiam a produção e, principalmente, a apropriação por parte dos leitores dos textos escritos. Como vemos, para o historiador francês, ao analisarmos aspectos da cultura escrita não podemos negligenciar a maneira como os suportes dessa escrita ressoam na maneira como os leitores vão produzir sentido a partir dela.

é necessário recordar vigorosamente que não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor. (CHARTIER, 1990, p.127)

Tomando de empréstimo a afirmação acima, é possível refletir acerca da leitura, e da sempre diferenciada produção de sentido que é feita a partir dela por determinado leitor. A

hipótese que aqui quer se levantar se refere a apropriação distinta que se realiza das narrativas abordadas ao longo do texto: narrativa oral e narrativa escrita. Nesse caso, pensando o próprio fazer historiográfico, já que a função final de uma transcrição seria a utilização desta por parte de pesquisadores em suas problemáticas e trabalhos. Com a intenção de desenvolver este ponto, que foca na lida face as fontes, mais especificamente, face a fonte oral, foi utilizada a entrevista citada logo ao início do texto. Foi realizado um exercício de observação, ou melhor de audição e leitura. Primeiramente foi feita a leitura da transcrição da entrevista cedida por Roberto João Tenfen a Simão Willemann, logo, em seguida, tal entrevista foi analisada a partir somente do suporte sonoro, a gravação em fita cassete e, por fim, esses dois suportes foram observados em conjunto. A conclusão que se pôde tirar desta experiência sugeriu que a audição deste diálogo se constitui exercício importante no sentido de tomar contato com a atmosfera do momento próprio de sua realização.

A utilização de entrevistas de história oral feitas por terceiros ainda provoca suspeitas em muitos historiadores, que colocam como um problema difícil de ser driblado o fato de que o pesquisador que se propõe a utilizá-las desconhece os pressupostos e o ambiente no qual ela foi produzida. A possibilidade de ouvir, e ao mesmo tempo, ler determinada entrevista mostrou algumas vantagens que auxiliam a contornar essa dificuldade: 1) Perceber a entonação, as pausas, as correções e o próprio sotaque presente na fala dos interlocutores, características que são intangíveis a partir do texto escrito, mesmo que este traga uma descrição acurada do momento da entrevista; 2) Ao colocar a oralidade e a escrita se desenvolvendo simultaneamente foi possível ter uma percepção e leitura mais aprofundada, pois o áudio ao trazer um recorte da atmosfera original da entrevista e a escrita ao proporcionar um entendimento mais claro do que estava sendo dito, facilitaram a análise do documento e proporcionaram ao analista uma representação mais detalhada desta fonte oral, com mais indícios e particularidades.

Nesse sentido, pode-se entender que a materialidade dos suportes exerce papel importante na maneira como se produzem as interpretações de determinado do texto, como alertou Chartier. Assim, a leitura de um livro de maneira fragmentada, sem a existência de nenhuma informação referente a sua produção por exemplo, pode ser análoga a apreensão da transcrição de uma entrevista oral sem acesso ao seu formato em áudio ou audiovisual. Mais que definir qual tipo de transcrição seria “melhor aproveitada” pelo historiador, ou se ela própria não se constitui um objeto válido a historiografia pois se trata de uma “traição”, é preciso compreender cada texto a partir de sua materialidade e contexto de produção, e ter em

mente que cada suporte se liga a uma produção de sentido diferenciada. Ainda mais, pensando por essa perspectiva é imprudente hierarquizar o oral e o escrito pois os dois constroem entre si uma relação de complementaridade, seja nas práticas sociais como observamos na fala de Marildes Marinho, seja na maneira como o historiador critica as fontes advindas de uma situação de entrevista de história oral.

Enfim, querer criar uma solução unânime para o dilema que envolve a produção das transcrições e a sua utilização é uma tarefa difícil, se não impossível. Da mesma forma se constitui o trabalho do poeta, do pintor, do escultor ou tradutor presentes na citação ao início do texto. Sendo assim, a possibilidade de solução aqui apresentada envolve colocar tanto a oralidade quanto a escrita a trabalharem juntas, pois cada uma delas oferece atributos particulares que colocados lado a lado fornecem um melhor entendimento e confiabilidade ao trabalho do historiador. Entendimento, porque provê um arcabouço maior de indícios e pistas para uma análise mais acurada e, confiabilidade, pois mesmo que oralidade e escrita não estejam numa posição de superioridade uma em relação à outra, sabe-se que uma sociedade que cede papel de destaque à escrita exige de certos procedimentos uma maior atenção e cuidado, sendo a transcrição uma produção importante dentro do campo da história oral, tanto para o processo de análise, quanto para procedimentos jurídicos e legais que envolvem o trabalho com as fontes orais.

Em conclusão, notou-se que a transcrição como *transcrição* não é passível de ser acusada como uma traição, pois o exercício de criação é inerente ao seu processo de feitura: a fidelidade ao discurso oral é possibilidade intangível, a transcrição não existe como cópia. E assim também é o fazer historiográfico, um processo de eterna *recriação*, seja na “produção” das fontes orais, seja na crítica destas mesmas fontes, seja na própria construção do texto historiográfico. Mais importante que buscar a veracidade, ou fidelidade dentro de cada fonte, sejam elas orais ou escritas, é necessário ao historiador ter a compreensão dos métodos que estão sendo utilizados e as implicações destes para a produção de sentido que será elaborada. Mais uma vez tomando emprestadas as palavras de Reinhart Koselleck (2006, p.186):

A tensão à qual o historiador deve se submeter é aquela entre a teoria de uma história e a realidade das fontes (sem dúvida, uma tensão produtiva). (...) O conhecimento histórico é sempre mais do que aquilo que se encontra nas fontes. Uma fonte pode existir previamente no início de uma investigação ou ser descoberta por ela. Mas ela também pode não existir mais. Assim, o historiador vê-se na necessidade de arriscar proposições (...) Uma história nunca é idêntica à fonte que dela dá testemunho. Se assim fosse, toda a fonte que jorra cristalina seria já a própria história.

## Referências

CHARTIER, Roger. **A historia cultural entre praticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. **História Oral: Teoria e Técnica**. Florianópolis: UFSC, 1978

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. Ponto de vista, perspectiva e temporalidade: Contribuição à apreensão historiográfica da história. In: **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto. Ed. PUC-Rio, 2006. p.161-190.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **A colônia brasilianista: história oral de vida acadêmica**. São Paulo: Nova Stella, 1990.

McCLEARY, Leland. História oral: Questões de língua e tecnologia. In: MAGALHÃES, Valéria Barbosa; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). **Memória e diálogo: escutas da Zona Leste, visões sobre a história oral**. São Paulo: Letra e Voz/FAPESP, 2011. p. 93-123.

MARINHO, Marildes. A cultura escrita em meios populares. In: CASTILLO GOMES, António e SIERRA BLAS, Verónica (org.). **Mis primeros pasos. Alfabetización, escuela y usos cotidianos de la escritura (siglos XIX e XX)**. Madrid: Trea Ediciones, 2008. p.151-174.

THOMPSON, Paul Richard. **A voz do passado: historia oral** . São Paulo: Paz e Terra, 1992.